

PROFISSÕES EXERCIDAS PELOS NEGROS EM PELOTAS (1905 - 1910)

João Batista Dornelles*

RESUMO: O presente artigo trata da inserção dos negros egressos da escravidão no mercado de trabalho livre de Pelotas. Mediatizados pela imprensa da cidade, procuramos detectar o lugar de classe social ocupado pela comunidade negra nos primeiros anos do nosso século, bem como, se este representou oportunidades de ascensão social.

PALAVRAS - CHAVE: trabalho livre, profissões, ascensão social.

A historiografia sobre a escravidão no Brasil e no Rio Grande do Sul é vasta e significativa.

Muito se escreveu sobre as relações de trabalho no sistema escravocrata brasileiro e sulino, e as produções científicas sobre a mão-de-obra cativa é uma constante.

Em Pelotas, de modo particular, publicaram-se trabalhos recentes sobre o regime servil da cidade, entre eles **Reviras, Batuques e Carnavais** (1994) do pesquisador Marco Antonio Lírio de Mello e **Filhos da escravidão**(1994) de Agostinho Mario Dalla Vecchia, que são citados por nós no decorrer deste estudo.

Entretanto, no que diz respeito ao trabalho livre exercido pelos negros egressos da escravidão nos primeiros anos do nosso século em Pelotas, praticamente inexistem pesquisas que abordem esta temática.

Acreditamos que a ausência de investigação sobre o proletariado negro no mercado capitalista pelotense esteja intrinsecamente ligado a carência de fontes, tanto as primárias, como as secundárias.

Neste sentido, veremos que a historiadora Sandra Jatahy Pesavento alerta para “o sumiço das idéias de liberto e ex-escravo da imprensa 7 como também do vocabulário dos políticos”, dificultando os estudos sobre a inserção dos negros no mercado de trabalho livre.

Mesmo assim, nos propomos a pesquisar o tema das profissões exercidas pelos negros em Pelotas entre 1905-1910, no mercado de trabalho livre e assalariado.

Procuramos viabilizar este trabalho monográfico, priorizando o material empírico, as fontes primárias exteriorizadas pela imprensa pelotense, constituindo a mola-mestra do nosso esforço investigativo, quais sejam: **O Correio Mercantil**, (1905-1910); **O Diário Popular**, (1905-1910); **A Opinião Pública**, (1907-1910); e **A Reforma**, (1906-1910).

Buscamos também aglutinar as informações dos jornais pesquisados com a bibliografia - as fontes secundárias.

Aspectos Historiográficos da Transição do Trabalho Escravo ao Livre:

O cenário da nossa investigação privilegiou o trabalhador negro nos limites cronológicos de 1905-1910, em um mercado de trabalho assalariado e capitalista na cidade de Pelotas. Ao analisarmos as fontes primárias, vimos que ocorre, em certos casos, a continuidade do processo

* Professor licenciado em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel); e licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

histórico, tanto no que diz respeito a profissões e/ou ofícios exercidos pela comunidade negra neste século, sendo oriundos do sistema escravista¹, como na preocupação da elite dirigente em organizar o mercado de trabalho livre mediante o controle social e a compulsão de todos ao trabalho².

Em **História do Rio Grande do Sul**, PESAVENTO (1985), aponta para a gestação de novas relações de trabalho, de novas classes sociais que estavam acontecendo no Brasil. Nosso Estado se articulou com os seus “novos grupos sociais” dentro da realidade brasileira em transformação.³

A instalação do governo republicano gaúcho propiciou o enriquecimento das classes econômicas aqui cristalizadas, os comerciantes e os industriais.⁴

O mesmo não podemos dizer com relação aos trabalhadores negros, que na sua maioria ocuparam postos de trabalho desprovidos de uma remuneração digna para o período. Apesar de algumas exceções, aqui colocamos, ao nosso ver a razão mais importante no que concerne à continuidade do processo histórico de dominação, ou seja, os trabalhadores escravizados no século XIX (...) “só puderam se integrar em posições de inferioridade sócio-econômica (...)”⁵, no mercado de trabalho livre.

GEBARA (1986), referindo-se ao **Mercado de Trabalho Livre no Brasil**, afirma que a questão da abolição ou transição devem ser analisados a partir do mercado de trabalho livre que estava sendo articulado como o projeto político da elite brasileira. No que diz respeito à transição, havia a preocupação que ela se fizesse pacificamente e aceitável por todos. Simultaneamente, havia o interesse de manter o sistema produtivo. Quanto à abolição, seria mediatizada pelo aparelho estatal privilegiando e satisfazendo as classes dominantes com adoção de políticas de locação de serviços. Todavia, aqueles que sofreram na pele a imposição dessas leis resistiram através de fugas e outras formas de boicote, somando-se a falta de articulação da comunidade na repressão aos negros, não restando outra saída a não ser declarar em 1888 a abolição total, enfatizada pelo autor no sentido de uma rápida “incorporação ao mercado de trabalho do ex-escravo”, bem como a articulação do controle sobre a organização do mercado de trabalho livre.⁶

Nove anos antes da data oficial da abolição da escravatura, os interessados na continuidade do regime servil, face ao colapso do mesmo e à emergência de relações assalariadas de produção, propuseram a normatização do trabalho obrigatório e gratuito. Sendo assim, o trabalho escravo seria substituído gradativamente pela mão-de-obra livre e remunerada.

Isto significou para os negros mais alguns anos de relações compulsórias de trabalho.⁷

¹ MAESTRI FILHO, Mário. Breve história da escravidão. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986, p.82.

² PESAVENTO, Sandra Jatahy. A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1989, p.36.

³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. 4ª ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p.64.

⁴ Ibidem., p.80.

⁵ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Coletividades Negras: Ascensão Sócio-econômica dos Negros do Brasil e em São Paulo”. Ciência e Cultura. 29 (6) Centro de Estudos Rurais e Urbanos e Departamento de Ciências Sociais, FFLCH, USP, São Paulo, junho 1977, p.651.

⁶ GEBARA, Ademir. O Mercado de Trabalho Livre no Brasil (1871-1888). São Paulo: Brasiliense, 1986. pp.200-9.

⁷ BAKOS, Margaret Marchiori. RS: Escravidão e Abolição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, p.9, pp.19-21. (Série Documenta 13).

De fato, tendo que trabalhar mais alguns anos para seus senhores de forma gratuita, os negros seriam inseridos mais tarde no mercado de trabalho livre, como também ficaria para mais tarde a “implantação de relações assalariadas de produção”.⁸

Pesquisas recentes de Zilá Bernd e Margaret M. Bakos em **O negro consciência e trabalho** - ao abordarem sobre a questão da transição do trabalho cativo ao livre - reconhecem a proposta radical do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) no que concerne à libertação dos escravos sem nenhuma indenização aos senhores escravocratas, contrastando com a dos liberais que desejavam as cláusulas de prestação de serviços obrigatórias. Porém havia uma segunda “preocupação” dos “ideólogos republicanos” quanto à suposta exploração que os negros libertos iriam sofrer do setor industrial, como também desejavam que a integração do ex-escravo na sociedade de classes ocorresse de forma organizada.⁹ Na verdade, o trabalhador livre iria ser explorado não só na indústria, bem como nos diversos estabelecimentos de trabalho.

A inserção conforme a aceção das autoras deu-se de forma desorganizada, inexistindo um planejamento que favorecesse os setores populares.¹⁰

Ao contrário, a mão-de-obra imigrante acabou beneficiando-se do incentivo estatal no acesso ao mercado de trabalho livre.¹¹

Além da ausência de políticas que favorecessem a inserção do ex-escravo no trabalho livre, havia obstáculos que estavam alicerçados no seio social, quais sejam: “(...) o despreparo do negro para o trabalho livre, devido à falta de escolarização, a competição da mão-de-obra imigrante e o preconceito racial (...)”.¹²

Uma ressalva importante feitas pelas autoras, a partir da obra **Emergência dos subalternos**, de PESAVENTO: ao referirem-se à integração do ex-escravo nas relações de trabalho livre, classificaram este estudo de difícil compreensão, devido ao sumiço das idéias de “libertos e ex-escravos”, tanto do “vocabulário dos políticos”, bem como dos “jornais e periódicos”.¹³

Da mesma forma, duas questões pertinentes ao estudo da inserção no mercado de trabalho livre do contingente negro são colocadas. A primeira diz respeito a concepções de história do Rio Grande do Sul “norteados pelo mito da democracia racial”; a segunda refere-se aos “registros históricos pouco reveladores”, impondo limites epistemológicos “no processo de integração do negro liberto”.¹⁴ No entanto, LE GOFF alerta para a necessidade do

⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. República Velha Gaúcha: Estado autoritário e economia. In: RS Economia e Política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p.200. (Documenta).

⁹ BERND, Zilá e BAKOS, Margaret M. O negro: consciência e trabalho. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991, pp. 74-5 (Síntese Rio-Grandense; 4).

¹⁰ Ibidem., p.75.

¹¹ Ibidem., p.76. Cf. também, PESAVENTO, Sandra Jatahy. “O imigrante na política rio-grandense”. In: RS: Imigração e Colonização. 3ª ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p.179. (Documenta 4). No governo de Borges de Medeiros - na República Velha, conforme análise de Pesavento - ocorreu enquanto medida política “a redução do preço das terras para os colonos nacionais, bem como a dilatação dos prazos de pagamento da dívida colonial”.

¹² BERND e BAKOS, O negro... Op. cit., p.76.

¹³ PESAVENTO, Emergência... Op. cit., p.66 - Apud BERND e BAKOS, O negro..., Op. cit., p.76.

¹⁴ Ibidem.

“questionamento da documentação histórica sobre as lacunas (...) (...) fazer a história a partir dos documentos e das ausências de documentos”.¹⁵

Sabemos graças às diversas contribuições da historiografia que o negro, tanto no regime escravista bem como no capitalista, em nenhum momento, salvo casos isolados de exceção, foi detentor dos meios de produção.¹⁶ Sendo escravo, o trabalho exercido articulou-se nas terras do “senhor” que concomitantemente possuía a posse privada deste trabalhador - o negro aqui foi um mero instrumento a serviço de “seu amo”.¹⁷ A transição do sistema escravista para o capitalismo daria continuidade a um processo de dominação e marginalização social¹⁸, principalmente no que concerne à Reforma Agrária inexistente para a comunidade dos libertos.¹⁹ Isto fez com que a mão-de-obra emergente da escravidão ficasse sem alternativas, salvo a venda na forma de “aluguel” de sua força-trabalho - não sendo fruto do por acaso - antes sim, como vimos anteriormente, “o projeto político da elite brasileira”, desde a extinção do tráfico negreiro na segunda metade do século XIX.²⁰

Todavia o projeto político da “classe dominante” brasileira teria que estar em sintonia com as exigências do “capitalismo mundial”, que impunha a supressão das relações de produção nos moldes do trabalho cativo. O processo de industrialização é considerado a causa do colapso escravista sob a égide da Inglaterra a partir dos pressupostos do liberalismo.²¹

O Trabalho Feminino Negro:

Na imprensa pelotense encontramos diversos anúncios ofertando trabalho de acordo com as respectivas profissões. Ao público feminino os serviços de costura, amas-de-leite, cozinha, criadagem, engomadeiras, empregada, copeira, lavadeira, etc, foram constantes dentro do período investigado.

As negras tiveram que disputar estas vagas de serviço com as brancas alemãs, italianas, etc.²² Apesar da competição, enfrentaram obstáculos que emergiram da tradição escravista da

¹⁵ LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas, São Paulo: Ed. da UNICAMP, 1992, p.109.

¹⁶ CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da “belle époque”. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.27.

¹⁷ GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. 5ª ed., São Paulo: Ática, 1988, p.49.

¹⁸ CHALHOUB, op. cit., p.28.

¹⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p.197. (Estudos Brasileiros, v. 19).

²⁰ CHALHOUB, op. cit., p.27-8. A propósito o autor faz menção a medida chave adotada pelos “grandes proprietários de terras e pessoas” da época - “vedando ao trabalhador livre e pobre” o acesso à posse de uma pequena propriedade. Dentro do mesmo parâmetro de análise de Chalhoub, a historiadora Sandra Jatáhy Pesavento faz referência “a lei de terras, de 1850” através do qual a posse da terra legitimava-se unicamente mediante a compra. Cf. A emergência dos subalternos... op. cit., p.12.

²¹ LARA, Tiago Adão. Caminhos da razão no ocidente: a filosofia ocidental, do renascimento aos nossos dias. 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1988. p.155. Cf. Também duas obras esclarecedoras sobre a transição da mão-de-obra escrava à livre: BAKOS, RS: ... Op. cit., e PESAVENTO, Emergência..., Op. cit.

²² Para Sidney Chalhoub, op. cit., p.26. - a chegada do imigrante em “grande número” - referindo-se à cidade do Rio de Janeiro (1906) - iria propiciar uma “competição acirrada” pela “sobrevivência entre os populares”. Na nossa versão a partir das fontes primárias - à imprensa pelotense - ao que tudo indica, ocorreu simultaneamente ao contexto brasileiro com o ingresso dos imigrantes no mercado de trabalho de Pelotas uma grande competição.

cidade - o preconceito étnico - levando-as à segregação e discriminação social. Sendo assim, vejamos como expressou-se um dos mais influentes jornais de Pelotas:

*“AMA DE LEITE - precisa-se de uma preferindo-se de **cor branca**, a rua General Victoriano n.30” (C. Mercantil, 21 ago 1909, p.1).*

Ser branco não foi o único critério de exclusão nas ofertas de trabalho. Delineou-se uma segunda premissa através do qual se justificava pelo anúncio uma ideologia de superioridade racial - a opção pelos arianos:

“Creada - precisa-se de uma boa creada para pequena família e que durma em casa. Prefere-se alemã. Rua General Victorino 104”. (A Opinião Pública, 22 jul 1908, p.3)

A propósito, a historiografia rio-grandense deixou seu registro no que diz respeito à idéia de superioridade do imigrante europeu com relação ao afro-brasileiro, PESAVENTO (1989), aludindo à condição de trabalho fabril do negro, detectou a preferência dos industriais pela mão-de-obra estrangeira. A grosso modo, este dilema condenou a maioria dos negros à ocupação de postos de trabalho sem exigência de qualificação e conseqüentemente de baixa remuneração.²³

O fato de determinado anúncio de emprego não colocar como condição necessária a cor e/ou nacionalidade, não quereria dizer que a mulher pretendente ao trabalho se eximisse da discriminação. Por sua vez, a ausência de exigências com o ser branco, alemão, italiano, etc, permitiu uma brecha no sistema, favorecendo o público feminino negro. (A Reforma, 27 nov 1906, p.3).

As ofertas de trabalho foram uma constante no que diz respeito aos serviços de costuras (C. Mercantil, 1º jul 1909, p.1). Todavia, a identificação de costureiras negras a partir dos jornais pesquisados praticamente inexistiu. Por outro lado, trabalhos recentes abordam o exercício da costura pela mulher negra desde a fase escravista. Em Os Filhos da Escravidão, VECCHIA (1994) afirma mediante entrevistas com descendentes de escravos a prática deste trabalho,²⁴ e PESAVENTO (1994), embora não mencione o “ethos-afro” das costureiras, mostra-nos a exploração no trabalho destas operárias.²⁵

As desvantagens colocadas aos negros nos primeiros anos do nosso século estiveram intrinsecamente ligadas a um período anterior. Na definição de CARDOSO (1977), o processo de imigração de mão-de-obra européia para o Rio Grande do Sul estabelece uma ressalva importante no sentido de uma compreensão “menos simplista” da questão abolicionista e do “problema da mão-de-obra”. Ao remontarmos contudo ao século XIX, perceberemos na acepção do autor a existência concomitante do trabalho cativo e livre, entretanto, os dois eram considerados fatores de atraso para a implantação do capitalismo. O problema da mão-de-obra agravou-se com o fim do tráfico negreiro em 1850 - simultaneamente, “segmentos populacionais” somados aos “índios perambulavam de um lado para outro à margem da economia de mercado”. Na ótica da elite rio-grandense concluiu-se que tanto o negro como a mão-de-obra livre local seriam incompetentes para “o progresso da civilização”.²⁶

²³ PESAVENTO, op. cit., p.7-14.

²⁴ VECCHIA, Agostinho Mario Dalla. Os filhos da escravidão: memórias de descendentes de escravo da região meridional do Rio Grande do Sul. Pelotas: Ed. UFPel, 1994, p.181.

²⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os pobres da cidade: vida e trabalho - 1880-1920. Porto Alegre; Ed. UFRGS, p.35.

²⁶ CARDOSO, op. cit., p.188-190.

*“Também desde antes do fim do tráfico havia preocupação não apenas com a mão-de-obra livre, mas com a mão-de-obra que seria por assim dizer regeneradora e civilizadora (...) a radicação no país de uma população “industriosa” e “civilizadora”.*²⁷

Em 1907, o Brasil dava continuidade ao processo de imigração européia desde o século passado. O Rio Grande do Sul, interessado nesta mão-de-obra, financiava a partir do poder público estatal o assentamento destes colonos para a região. Todavia, a historiografia gaúcha nos mostrou que para a população negra que “contribuiu” para o desenvolvimento do Estado com seu trabalho escravo não houve Reforma Agrária, como também inexistiram políticas públicas de financiamento de qualquer ordem aos mesmos.²⁸

O **Correio Mercantil**, um dos porta-vozes da elite cultural, industrial e comercial de Pelotas, justificava ideologicamente a suposta superioridade do imigrante agricultor face à mão-de-obra nativa. Ao que parece, esse discurso foi absorvido pelos brancos da cidade devido aos mais variados anúncios de exclusão direta dos negros nas ofertas de emprego, bem como o racismo, inerente de sua tradição escravista. Este foi, em certo sentido, o ponto de vista do referido jornal citadino:

“Colonização alemã

(...) a Colonização de nossa terra pelo elemento germânico, impõe-se como uma necessidade. (...) o elemento germânico, que é, a nosso ver, o que melhor se adapta a nossa mais palpitante necessidade: - o desenvolvimento da agricultura. O alemão é, e ninguém o tentará negar, o homem talhado para esse ramo da atividade humana. (...) encaminhar a imigração alemã para a região sul do país, onde a harmonia e a boa vontade sempre existentes entre eles poderão momentaneamente, suprir ligeiras lacunas, que por ventura dêem-se por parte da administração pública no tocante a distribuição de recurso, ferramentas e outros meios indispensáveis a instalação da mesma: (...)” (Correio Mercantil, 18 jan 1907, p.1)

Outros anúncios, embora escassos se configuraram à luz dos estereótipos de famílias burguesas, pois exigiam como condição necessária para aquisição do emprego que as candidatas fossem remanescentes de um “bom seio familiar”.²⁹ Desta forma, o não enquadramento como “moças de família”, para este caso, excluiria as demais, sobretudo as mulheres que faziam parte de casas de orfanato, como também as consideradas “portadoras de hábitos condenáveis” (A Opinião Pública, 2 jan 1907, p.4).

²⁷ Ibidem.

²⁸ De certa forma, CHALHOUB elucida muito bem a primazia da mão-de-obra imigrante em detrimento da nacional. Analisando versões da imprensa carioca a partir da ótica do Correio da Manhã (1907), onde o periódico reforça a idéia oriunda do século passado com a gestação de relações assalariadas de produção -associando a mão-de-obra estrangeira “amigo declarado do trabalho” em oposição a nacional “cínico, provocador e violento”. Cf. Trabalho, lar e botequim... op. cit., p.21. Cf. também VECCHIA, entrevistando descendentes de escravos aponta para o total abandono dos egressos da escravidão, bem como dos seus filhos com relação aos meios de sobrevivência que haviam sido sonogados logo após a libertação do cativo e que sem sombra de dúvidas iriam repercutir profundamente no lugar a ser ocupado pelos negros no mercado de trabalho que se articulava. In: Os filhos da escravidão... op. cit., p.160.

²⁹ PESAVENTO. Os pobres da cidade... op. cit., p.131-134. a autora, a partir da imprensa de Porto Alegre (Gazetinha, 26 mar 1896), refere-se ao crescimento da prostituição de “meninas de 12 a 15 anos”, simultaneamente à preocupação da imprensa com a moral e os bons costumes a partir da “mulher idealizada” nos parâmetros burgueses. “(...) Entre a Santidade e a Perdição, não havia muito meio termo, e as que ousassem seguir outros caminhos estavam condenadas (...)”

O aluguel de uma mãe não constituiu novidade para Pelotas, mesmo que houvesse passado vinte anos desde a véspera da data oficial da abolição da escravidão no Brasil, quando apareceram os anúncios na imprensa local de “aluguel de cozinheiras negras e amas-de-leite”.³⁰ De certa maneira ocorreu uma continuidade do processo histórico, como vemos nesta citação:

*“Ama de leite
Aluga-se uma ama de leite, sadia. Informações nesta typografia.”
(A Reforma, 20 jun 1907, p.3)*

Durante o regime escravista em Pelotas, os trabalhos de parto foram executados em muitos casos pelas mulheres negras. Elas trabalhavam a partir do conhecimento empírico - da experiência adquirida ao longo dos anos, uma vez que no século XIX, principalmente na zona rural, inexistiam escolas que produzissem um saber científico a este respeito.³¹

Como se sabe, foram as condições urbanas que propiciaram a elaboração de uma produção teórica-técnica, levando determinadas profissões à especialização.

Dados reveladores do custo de vida foram os impostos cobrados sobre profissões, onde nem mesmo os vendedores ambulantes ficavam isentos. Estes fatos iriam encarecer à sobrevivência não só para aqueles que labutavam no mercado informal, como também para as demais categorias de trabalhadores que estavam vinculados às instituições de empregos nas famílias e empresas do período.

“Vendedores ambulantes - A intendência está fazendo a cobrança do imposto de vendedores de doces, frutas, sorvetes, calçados, etc (...)” (Diário Popular, 3 jan 1907, p.2)

Encontramos através de informes nos jornais, muitos negros que biscateavam com a venda de vários artigos, geralmente de primeira necessidade.

Em 1907, o Relatório do Intendente engenheiro Cypriano Corrêa Barcelos, apresentado ao Conselho Municipal de Pelotas, estabelecia uma série de impostos com relação ao setor imobiliário da cidade, atingindo indistintamente toda a população pelotense. Além da taxaço sobre aluguéis, seria simultaneamente cobrado o imposto sobre esgoto. Esses impostos doeram muito mais no bolso da classe proletária, dos negros ambulantes, (Diário Popular, 8 jan 1909, p.1), empregados em casa de famílias, sendo que uma grande parcela habitavam cortiços, casebres e outras moradias insalubres. (Diário Popular, 24 nov 1908, p.2; 8 dez 1910, p.2)

*(...)
A companhia cobrará as seguintes taxas em moeda nacional e sem consideração de cambio:
(...)*

*(...)
4º de cada quatro, pequena acomodação ou casinha das agrupadas em cortiço, estalagem ou avenida, com entradas independentes, por pátio ou corredor, em comunicação com a rua por uma entrada comum, de aluguel mensal até 200\$ - inclusive - 9\$ por semestre; (...)
(Diário Popular, 10 out 1907, p.1)*

³⁰ CONRAD, Robert. Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p.253. Apud VECCHIA, Os filhos... Op. cit., p.32.

³¹ VECCHIA, op. cit., p.131 e 163.

Ao que tudo indica, uma grande parcela dos trabalhadores negros pagava aluguel e mais os impostos derivados das profissões, agravando mais a situação. As notícias sobre a miséria em que muitas famílias se encontravam são freqüentes nesta fase. Campanhas de esmolas eram articuladas e anunciadas pela imprensa da cidade na ajuda dos trabalhadores moribundos (C. Mercantil, 14 mar 1910, p.3). Até mesmo a categoria dos tipógrafos, que manipulavam a escrita, muito valorizado naquele período, viviam, em alguns casos, “em extrema pobreza”. Embora sendo raros, ocorreram casos de busca de suicídio e homicídio de negros movidos pelos “dramas da miséria”. (A Opinião Pública, 7 ago 1908, p.2)

O Trabalho Masculino Negro:

O jornal **Correio Mercantil**, de Pelotas, acenava para a legitimação da sociedade de classes, cristalizando dicotomias entre os donos dos meios de produção e os que iriam vender sua força-trabalho. A citação que mostraremos, quis, a rigor, revelar a consciência de classe da elite pelotense, bem como o lugar a ser ocupado, no mercado de trabalho local, pelos proletários e pobres - em suma, o exercício de profissões subalternas

“Nova seção

No intento de auxiliar as classes proletárias, na consecução de um emprego e colocações, resolvemos criar uma seção de pequenos anúncios, baratos, na primeira página do nosso jornal. Os novos anúncios, em duas, três ou quatro linhas, custarão a bagatela de 600 rs por três dias. Julgamos assim prestar um serviço de real valor às classes pobres, que, com facilidade poderão encontrar colocação. Têm cabimento na mesma seção os pedidos de cosinheiros, amas e creados.” (C. Mercantil, 7 jul 1909, p.1)

Günter Weimer em o **Trabalho escravo no Rio Grande do Sul**, cita algumas profissões ocupadas pelos negros escravos: serviços de cozinha, sapataria, marinheiro, pedreiro, carpinteiro, charqueador. Da mesma forma as mulheres negras trabalharam como amas-de-leite, lavadeiras, qualquer serviço.³²

Entretanto, essas ocupações típicas do período escravista perpetuaram-se no mercado de trabalho livre. Localizamos esses serviços executados pelos negros na imprensa pelotense. Houve exceções, devido às poucas ofertas de trabalho que contemplavam simultaneamente a profissão e a cor do indivíduo. De fato, veremos que isso ocorreu com relação ao trabalho de menores do sexo feminino. A tendência geral, contudo, revelava a profissão e a cor do trabalhador em situação de acidentes, como vemos abaixo:

“Desastre e morte.

Na Viação Férrea

Ontem, as 8 ½ horas da noite, a rua Gonçalves Chaves, esquina da rua João Manuel, a locomotiva nº 146 da viação férrea esmagou o preto Francisco de tal, ex-cosinheiro de hiate, atualmente desembarcado. Francisco era moço ainda e o seu cadaver foi removido para o necrotério (...)” (C. Mercantil, 8 de maio 1908, p.2)

Desde o regime escravista o negro serviu como militar, fosse em períodos de guerra ou de paz. Nos primeiros anos do séc XX, mediante a imprensa de Pelotas, não há notícias de que o negro tenha alcançado um posto maior do que soldado.

³² WEIMER, Günter. O Trabalho Escravo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. UFRGS, SAGRA, 1991, p.36-7.

Localizamos muitos negros no exercício da profissão - estivadores, mediante notícias de acidentes de trabalho e conflitos das mais variadas naturezas; desencontros amorosos, brigas, e na prática de pequenos delitos. (Diário Popular, 28 fev 1907, p.2)

A grosso modo, a maior parte da população negra pelotense ficou a mercê de uma profissão que lhe rendesse uma vida melhor - aqui entendida enquanto proprietário residenciais, com o exercício de um emprego com remuneração que lhe garantisse uma condição de existência saudável, como proprietário de uma posse de terra que lhe propiciasse subsistência, ou como dono de empresa dando-lhe mais autonomia financeira. Pelo menos, ao que nos parece, alguns conseguiram tal projeção e ascensão social, adquirindo pelos meios de comunicação da cidade o reconhecimento e cidadania. Por exemplo, o negro chamado Crescencio de tal, sendo “Patrão da Lancha Flora” (Diário Popular, 19 jul 1910, p.1)

Em **Vozes do Silêncio** - VECCHIA (1994), traz à tona o trabalho nas charqueadas mediatizado por entrevistas com descendentes de escravos, que trabalharam na Charqueada do coronel Pedro Osório. O depoente, seu Ildebrando Garcia, tinha 20 e poucos anos quando exerceu atividades nesta charqueada, mais ou menos entre 1907 à 1910.

A entrevista foi feita em 1991, quando o entrevistado dizia ter 104 anos.

Conforme memória histórica deste trabalhador, havia mais de 100 pessoas trabalhando nas atividades do charque entre homens e mulheres com a presença de muitos negros, e a revelação de uma pesada carga horária que começava a 1 da madrugada indo até as 11 da manhã, fora as atividades na tarde.

Ao longo de sua existência seu Ildebrando trabalhou como “carroceiro e quitandeiro”, vendia “laranjas e frutas”. Foram profissões que a imprensa pelotense fazia menção corriqueiramente (Diário Popular, 4 jul 1905, p.4). Chegou ao posto de Cabo nas fileiras do exército, uma das poucas exceções desta fase.³³

A consciência da opressão sofrida pela classe trabalhadora, em alguns casos expressou-se de forma palpável. Setores mais críticos do operariado urbano mostravam-se descontentes com relação a carga horária de trabalho extenuante. A exploração das horas de trabalho, mesmo ocorrendo com funcionários públicos do correio de Rio Grande, era uma tendência geral que poderia estar acontecendo em Pelotas. Vimos que muitas greves neste período, além das exigências de melhores salários, apreciavam a redução da jornada de trabalho. (Correio Mercantil, 17 jun 1905, p.2)

“Trabalho excessivo - Devido ao excessivo trabalho que tem tido os empregados da agencia do correio de Rio Grande passaram o seguinte telegrama: ‘Administrador correios Porto Alegre - pessoal agencia sobrecarregado extraordinário serviço, sem tempo refeições, sente-se aniquilado. Solicita-vos providência situação apremeante, impossível suportar mais tempo. (Assinando) Torres, Mattos, Mello, praticantes; Novaes Adolpho, Sant’Anna, Azevedo, Avelino, Santos, Badejo, carteiros; Balbino, servente.” (Diário Popular, 12 abr 1907, p.2)

Como vimos, o excesso de horas-trabalho neste caso, suprimia até mesmo uma necessidade primária de alimentação. Nesta fase, o trabalho é idolatrado e ideologicamente difundido pela imprensa local a partir dos pressupostos do positivismo.

³³ VECCHIA, Idem, p.249-251, 254.

“O TRABALHO

A página mais bela e sublime do contingente humano é o trabalho. Afugenta a miséria, dissipa o vício, combate os erros, sana as dificuldades, vence os obstáculos, fortalece o coração, nobilita e engrandece a alma (...) Sylvio Romero (A Opinião Pública, 6 jul 1907, p.1)

Com certeza, para os ideólogos da “filosofia do trabalho”, da forma como era concebido, “espiritualmente”, só traria benefícios ao corpo e alma. O mesmo não poderíamos afirmar para com a classe trabalhadora que o via na prática como “pena a ser cumprida ao longo da vida”, principalmente aqueles que tiravam seu sustento como estivadores, porteiros, criadinhos, cozinheiros, lavadeira, foguista de charqueada, etc.

Na definição de um dos jornais pelotenses, a classe operária dos tipógrafos distinguia-se com relação às demais categorias do proletariado urbano.

O intelecto fazia a diferença, a exemplo da “filosofia de Aristóteles e de Platão”³⁴ - há um abismo entre o trabalho intelectual e o manual -, desta forma a anterioridade do trabalho intelectual o valorizava com relação à atividade braçal, fato que fazia parte da grande maioria do operariado da cidade. A repercussão desse pensamento encontrava eco nos salários dos que ganhavam mais e dos que ganhavam menos, significando com isso que aqueles serviços exercidos sem maiores exigências do “pensar” teriam que amargar salários baixos e a concepção elitizada do trabalho como “pena”. (Diário Popular, 1º de maio 1906, p.1)

“A Tipografia

Higiene dos operários

Os tipógrafos são, por assim dizer, uma exceção da classe operária dos nossos dias: - são homens inteligentes e instruídos na mór parte dos quais a profissão está colocada sobre a indiciosa fronteira que separa o trabalho manual do cerebral propriamente dito. Michel Servet, Franklin Pierre Didot, Perrin Hachelet, Dr. Peter Richardson, marechal Brune, Rétif dela Betonne, Béranger, p.J.Proud'hon, J. Michelet, Pierreloux e muitos outros, cujos nomes não nos vem a mente, começaram como tipógrafos, para elevarem-se em seguida as mais altas situações sociais e intelectuais.” (A Opinião Pública, 6 fev 1909, p.1)

O acesso ao conhecimento formal representou para os negros a porta de entrada, da ascensão social³⁵, uma devido à valorização do ensino no período e também pela oportunidade de trabalhar como professor, tipógrafo, etc.

Alguns negros conseguiram esta projeção em detrimento da maior parte da comunidade negra. A fundação do jornal **A Alvorada** em 1907 pelos negros foi um sinal neste sentido. Ademais Rodolpho Xavier, negro e um dos intelectuais da imprensa negra pelotense, possuía o “status” e o reconhecimento pela elite branca local. (Diário Popular, 16 jun 1908, p.3)

Todavia a ascensão de alguns negros não eximiu o preconceito étnico dos brancos. A eleição de um negro para o cargo de deputado federal gerou grande polêmica em 1909. Em meio

³⁴ Aristóteles no livro I, cap. II §11, em sua obra “A Política” afirmava que “(...) A alma atinge o corpo, como o senhor ao escravo. O entendimento governa o instinto, como um juiz aos cidadãos e um monarca aos seus súditos (...)”. Aqui podemos detectar a primazia do pensamento (Senhor e/ou Patrão), com relação ao corpo (Escravo e/ou proletário), daquele que trabalha com o espírito em oposição ao que labuta com a força física. ARISTÓTELES, A Política. Rio de Janeiro: Ouro, 1965, p.15. Da mesma forma, Platão propunha que os melhores, principalmente os dotados de capacidades intelectuais, deveriam estar na frente dos outros, comandando a sociedade. Aos trabalhadores, a condição do exercício do trabalho manual, aos “sábios” a direção da cidade “(...) é necessário que um mais filósofos se encontrem na direção da cidade, ou que seu dirigente se torne um filósofo”. PLATÃO. A República. Livro VII, São Paulo: Ática, 1989, p.32.

³⁵ IANNI, Octávio. Raças e Classes Sociais no Brasil. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, pp. 266-267. Apud VECCHIA, Os Filhos... op. cit., p.230.

às ameaças de exclusão deste negro da Câmara - os mais esclarecidos procuravam polemizar e congregar a comunidade dos “homens de cor” a fim de derrubar a cassação. A convocação deu-se primeiramente no Rio de Janeiro, entretanto em Pelotas buscou-se uma articulação de forma similar.

*“Por ser negro
da Câmara Brasileira
Também nesta cidade, a exemplo do que acontece na capital federal, vai realizar-se uma grande reunião de homens de cor para tratar da projetada exclusão da Câmara dos Deputados que, por ser negro, se prepara contra o Drº Manoel da Motta Monteiro Lopes, eleito deputado no pleito de 30 de janeiro. A reunião, convocada por cidadãos da raça ethiopica, e a que são chamados a comparecer ‘todos os homens que se prezam ser de cor’, está marcada para o próximo sabado, do corrente, as 8 horas da noite, no salão da sociedade recreativa ‘Flores do Paraíso’ (...)” (A Opinião Pública, 3 mar 1909, p.1)*

O Trabalho de Crianças Negras:

As crianças negras solapadas por uma condição social de pobreza tiveram que precocemente trabalhar para ajudar no sustento de suas famílias. Como vendedores de jornais, copeirinho, mandalete, creadinha, vendedores de frutas, copeira, abarcando as mais variadas funções do período.

Muitas trabalhavam de pé no chão: era o caso dos meninos da venda avulsa dos jornais: **A Reforma, Correio Mercantil, Diário Popular, A Opinião Pública**. A constatação da ausência de calçados não aparece descritivamente em nenhum momento dentro dos limites cronológicos investigados por nós, porém, através de fotografias destes trabalhadores, conseguimos localizar os meninos negros e brancos sem qualquer proteção para os pés, evidenciando uma faceta das péssimas condições de trabalho. (*A Opinião Pública*, 5 maio 1908, p.2.)

Quanto à faixa etária, encontramos com idade mínima de 8 anos no serviço de criadagem como “babá”. (*Diário Popular*, 1º fev 1907, p.4)

No que diz respeito às ofertas de trabalho para “meninos e meninas” foram constantes em todos os jornais da cidade, como exemplificamos abaixo:

*“Meninos
Nesta redação precisa-se de meninos para a venda avulsa do jornal”
(Correio Mercantil, 12 jul 1909, p.3)*

Não obstante, as limitações inerentes do sistema capitalista do período, concentrador da riqueza nas mãos de poucos e excluindo uma grande parcela da população pelotense a vida digna, simultaneamente os negros enfrentavam o preconceito racial, apesar dos vários anos pós-abolição da escravidão. A educação fora entendida como “pão do espírito” (*Diário Popular*, 10 ago 1906, p.2), porém, o jornal **Correio Mercantil**, em seu relato, enunciava a discriminação de uma criança negra nas escolas públicas. O texto que mostraremos, transcrito na íntegra, traz à tona este problema vivenciado pelo “homens de cor”.

*“AS AULAS PÚBLICAS
e as crianças de cor.
Escrevem-nos: Ilmo Srº Redator do “Correio Mercantil”.
Sendo assunto de que trata estas linhas de interesse geral, e do qual tem V. S se ocupado com brilhantismo em seu conceituado jornal, peço-lhe publicá-las se achar conveniente. O fato que*

passo a narrar prende-se a nobre causa da instrução pública, tão descurada em nossa terra. Em dias da semana passada, dirigiu-se a certo professor, aqui, nesta cidade, um pai de família, perguntando ao mesmo se recebia em sua aula crianças de cor. O professor, surpreendido, com tal pergunta, que jamais lhe fora feita respondeu que aceitava e nem podia deixar de fazê-lo, porque sua aula era pública, e como tal aberta para todas as crianças sem distinção de classe ou cor. O homem, satisfeito com a resposta, explicou as razões de sua pergunta, alegando que, tendo procurado colocação para um filho em diversas aulas da cidade, não pode consegui-la, porque as respectivas professoras negaram-se a recebê-la a pretexto de não terem mais lugar, mas que ele percebeu muito bem que a causa principal da recusa era a cor preta do menino. O referido professor, admirado do que ouvia e não querendo mesmo dar crédito a semelhante declaração, disse ao homem, que, se isso era verdade, ele devia ter reclamado contra essas professoras dando queixa a autoridade escolar. Infelizmente, Sr. Redator, o homem falou a verdade. É público e notório que algumas professoras, desta cidade, sob qualquer pretexto, deixam de aceitar crianças de cor em suas aulas, e é sabido que disto não fazem mistério, para que dizem com ufania repreensível na minha aula não tenho negrinhos - como se o Governo as pagassem para fazerem seleção e ensinarem somente os brancos e filhos de ricos. Assim procedendo, além de infringirem os preceitos cristãos, com essa falta de caridade para com os pobres, deturpam por completo os nobres fins a que se destinam as aulas públicas, negando o pão do espírito aqueles que mais direito têm a recebê-lo nesses estabelecimentos, porque os ricos podem pagar colégios para seus filhos. E já somos obrigados a trazer a lume tais fatos que revoltam os corações bem fortunados, e que só servem para cabalmente demonstrar o quanto estão falseados os nobres intuitos da instrução pública nesta cidade, seja-nos lícitos dizer mais alguma coisa, relativamente ao assunto. Nas poucas aulas em que são aceitos os pobres e negrinhos, são eles ainda humilhados em tudo e, por tudo, já nas festas escolares em que não podem hombrear com os ricos e já nas subscrições que algumas aulas promovem menos para os fins a que se propõem do que para lisonjear a vaidade dos professores que tudo exploram em proveito desse detestável vício. Aí, então, a humilhação é grande, a professora desconhecendo completamente os preceitos do evangelho que diz "o que a esquerda der, a direita não deve saber", publica na louça em letras bem legíveis o nome das subscritoras e as quantias recebidas e deste modo ela concorre para alimentar no coração do pobre a inveja e o ódio contra o rico. Boa escola onde se lisonjeia a vaidade cinocula-se no coração do pobre sentimentos maus contra seus semelhantes! Esses fatos são verídicos e me foram narrados pelo próprio pae do menino, e, pára que cessem de uma vez para sempre tais abusos deve V. S^a chamar para eles a atenção das autoridades competentes. Pelotas, 13 de agosto de 1910."(C. Mercantil, 15 ago 1910, p.1)

Vimos que o preconceito racial nesta fase foi a marca da herança escravista de Pelotas. Tanto na esfera privada, bem como na pública, as crianças de cor sofreram a discriminação. Entretanto, as que protestam em nome dos negros, o fazem a partir da ótica "cristã", vinculando a educação no sentido de adequação dos pobres na sociedade de classes. A discussão evidenciava a marginalização da comunidade negra do "pão espiritual".

O trabalho de crianças negras, conforme a historiografia rio-grandense, remonta, contudo, ao século passado. Alguns historiadores citaram as visitas de estrangeiros ao nosso Estado, sendo o caso de Saint-Hilaire, - descrevendo a presença do trabalho infantil nas estâncias gaúchas vivenciado em precárias condições.³⁶

Felizmente, mediante as ofertas de trabalho, embora raras, constatamos a presença de crianças negras no trabalho fabril, devido a alguns casos, onde se enfatizava a preferência pela cor negra. (A Opinião Pública, 21 abr 1909, p.3)

Referências do exercício de trabalhos em casa de família freqüentemente aparecem em todos os jornais pesquisados. Detectamos também quando da ocorrência de acidentes de trabalho ou através de pequenos delitos praticados pelas crianças. (C. Mercantil, 5 ago 1907, p.2)

³⁶ VECCHIA, *Os Filhos...* Op. cit., p.67.

Dos jornais pesquisados, pelo menos um deles nos apresentou, no que diz respeito à questão salarial dos menores, uma fórmula de pagamento que de certa forma fugia aos padrões oficiais do período. A remuneração transformava-se em gratificação, sendo assim, o patrão iria pagar o que quisesse.³⁷ Comprovando a ausência de leis que protegessem as crianças, bem como, sua conseqüente exploração no trabalho:

“PRECISA-SE de meninos para a venda avulsa d’ A REFORMA. Gratifica-se bem.” (A Reforma, 16 maio 1907, p.2)

No caso que mostraremos, embora o autor construa um conto fictício, a vida real dos operários-crianças mostravam que o mundo-fábula traduzia, o que de fato foi vivenciado:

*“A CRIANÇA
Sabe cozer?
Alguma coisa...
E cozinhas?
Sei, sim senhora...
É preciso estar aqui as 6 horas da manhã, para arrumar a casa e fazer a comida.
Pagamos quarenta mil réis por mês e também damos vinho as refeições. Serve-lhe?
Sim, senhora como queira...(...)”
(...)
Havia uma semana que estava a morrer de fome. Já sabia daquela resposta de cor!
Ah! Se conhecesse um ofício!... Mas, não sabia... A única coisa em que se podia empregar era ser criada de servir (...)
MAURÍCIO LEVEL”* (A Opinião Pública, 2 mar 1907, p.1)

Costura, cozinha, quarenta mil réis por mês, horário de sono às 6 horas da manhã - a “regalia” dos intervalos regado com um copo de vinho - Itinerário percorrido pelas criadinhos negras em um cotidiano de trabalho sofrível. O desprestígio dos serviços de criadagem era evidente, e com ele somava-se os baixos salários pagos às criadinhos. Ser conhecedor de determinado ofício representava para alguns casos uma melhor posição no mercado de trabalho local, principalmente aqueles trabalhadores que se especializavam.

Quanto aos expedientes de trabalho que eram praticados pelos meninos, podemos afirmar que giravam em torno de 10 a 14 horas diárias e/ou noturnas, principalmente os que labutavam como plantonistas das Agências de Mensageiros pelotenses:

*“Mensageiros pelotenses
Os novos proprietários dos Mensageiros pelotense farão estabelecer, dentro em breve, serviço noturno, fazendo dormir na agência dois meninos, que, durante a noite, atenderão a qualquer chamado.”* (Diário Popular, 5 mar 1909, p.1)

No que diz respeito aos dias trabalhados dos menores nas agências de mensageiros, era extenuante, estendendo-se aos domingos, segundo informes da imprensa pelotense (Diário Popular, 9 ago 1908, p.3).

³⁷ VECCHIA, Idem., p.169. Ao entrevistar descendentes de ex-escravos, o autor faz menção a remuneração do peão em que os patrões davam o que queriam. Vimos que, a fórmula “gratificação” não ocorreu exclusivamente com trabalhadores-crianças da venda avulsa da imprensa pelotense, mas estendeu-se as demais categorias. Dando outro enfoque ao mesmo assunto, o historiador Décio Freitas, referiu-se a “salários baixíssimos” pagos aos peões, como também justifica que devido ao “(...) baixo grau de desenvolvimento social do peão fazia dele um indivíduo que se contentava com pouco - um pedaço de carne, uma choça, uns farrapos (...)” FREITAS, Décio. Escravos e Senhores de Escravos. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p.27. (Série Novas Perspectivas).

A exigência do conhecimento da escrita e leitura com certeza iriam contemplar mais aos brancos do que aos negros, uma vez que raríssimos foram os casos em que famílias negras conseguiram pagar o ensino particular, nesta fase.³⁸

Todavia, um espaço tinha-se criado no âmbito público, - a Biblioteca Pública Pelotense - onde muitos negros estudavam apesar das limitações e dificuldades. (Diário Popular, 10 ago 1906, p.2) Simultaneamente ministrava-se na Biblioteca Pública, cursos noturnos pagos. (Diário Popular, 24 mar 1907, p.3)

A propósito, VECCHIA (1994), nos mostra as grandes dificuldades vividas pela população quanto ao acesso ao ensino, sendo as principais: “o preconceito contra os negros e a falta de condições financeiras para subsidiar a educação”³⁹. Neste sentido, podemos dizer que a maioria dos negros ficaram alijadas, não conseguindo conduzir seus filhos para escola onde por força das “circunstâncias de sobrevivência” os educavam para o trabalho precoce.

De fato, a precocidade para o trabalho de crianças negras foi constatado por nós, dado os inúmeros noticiários da imprensa pelotense, onde crianças negras labutavam quando deveriam brincar e estudar.

Foi o caso dos meninos da venda avulsa dos periódicos, das crianças mensageiras, das criadinhas e assim por diante.

Os Acidentes de Trabalho:

Os acidentes de trabalho foram constantes, apontando para uma realidade dramática vivenciada pela classe operária. Mutilações e mortes tornavam-se conseqüências reais das péssimas condições de segurança propiciadas pelos estabelecimentos de emprego da época.

Crianças negras sofreram vários desastres quando do exercício de determinada atividade. A imprensa pelotense noticiou estas tragédias deste modo:

*“Acidentes
Sábado, quando lidava com a maquina, na padaria em que é empregado, o menor Annibal Alberto Alves, de cor preta, esmagou a região palmar dos dedos da mão esquerda (...)” (C. Mercantil, 20 jun 1910, p.2)*

O menor Euclides, negro, funcionário da folha pelotense **A Opinião Pública** foi vítima fatal de um acidente, logo após a saída de mais uma exaustiva jornada de trabalho. Euclides era conhecido pelo pseudônimo “Macaquinho” e trabalhava na venda avulsa do periódico ajudando sua mãe no sustento da família. O relato abaixo nos mostra a dura realidade das crianças negras que ao invés de estarem estudando e/ou brincando, trabalhavam precocemente pela sobrevivência. Os pobres da cidade de Pelotas tiveram que levar a vida desse jeito, trabalhando face ao despreparo para tal e conseqüentemente sendo vítimas dos mais variados acidentes. **A Opinião Pública** foi um dos jornais que fez campanha para ajudar a mãe do Euclides:

*“Desastre Lamentável
POBRE “MACAQUINHO”
O pequeno Euclides é um creoulinho esperto, vivaracho e inteligente, que ha algum tempo se ocupava na venda avulsa d’ A Opinião Pública. Por ser um diabrete desinquiado, saltador e*

³⁸ VECCHIA, idem, p.235. O autor cita um caso de uma família negra que consegue pagar um professor particular.

³⁹ Idem, p.230-231.

brincalhão, os outros vendedores do jornal puseram-lhe a alcunha de Macaquinho. O pobrezinho no fundo é um excelente guri e ainda ha dias se mostrara muito contente porque a venda de jornais ia-se lhe aumentando e assim ele podia ajudar sua mãe a viver. Ontem, porém, foi um mal dia para o pobre Macaquinho: a saída da nossa tipografia, as 6 horas da noite, na azafama de todos os dias, a berrar o reclame para a folha, o inditoso pequeno não viu que o bonde n.1 descia a rua 15 em acelerada marcha e foi de encontro a ele... (...). (...) Entretanto, o pobrezito, com um animo raro em tão tenra idade como a sua, com a perna muito ferida, só pensava e dizia ao nosso companheiro que o amparava - no que seria de sua mãe, agora que ele já não poderia auxiliá-la... E como o havia de se tratar? interrogou Macaquinho, com uma grande aflição nos olhos sem lágrimas (...)" (A Opinião Pública, 7 maio 1907, p.2)

Ao que tudo indica, a frequência dos acidentes de trabalho em Pelotas apontava para a inexistência de instrumentos que protegessem os trabalhadores nas frentes de trabalho. Percebemos mediante notícias de acidentes, desastres, sendo que em nenhum momento o que era relatado mencionava qualquer dispositivo de segurança que evitasse os acidentes, salvo iniciativas improvisadas de alguns colegas que no desespero tentavam salvar a vítima (Diário Popular, 30 jul, 1909, p.1). Mesmo assim, notadamente, na maioria dos casos prevaleceu o inevitável desastre no trabalho que ceifava muitas vidas:

"Cadaver encontrado - Foi ante-ontem encontrado no rio Pelotas o cadaver do marítimo Benecio Valerio da Silva, de cor preta, que caíra, na xarqueada dos Sr^{os} Nunes & Irmão, de bordo do hiate "Águia", onde era tripulante, e afogara-se. Benecio contava 32 anos de idade e seu cadaver foi dado a sepultura do Cemitério da Boa Vista." (A Opinião Pública, 18 jan 1909, p.1)

A ausência de direitos primordiais aos trabalhadores foram fatos concretos de condições de trabalho iníquas. Notícias de morte de trabalhadores, evidenciavam a falta de assistência à saúde dos operários negros em pleno expediente. Este caso foi manchete em 1908: a empregada negra Delfina Pires com idade acima dos 40 anos continuou sua labuta diária em casa de família mesmo doente. O cumprimento do dever suprimiu o direito de tratamento e o resultado óbvio foi sua morte. (C. Mercantil, 25 maio 1908, p.2)

O Controle Social e a Compulsão ao Trabalho:

Ao nosso ver, os jornais investigados mantiveram-se vigilantes quanto ao controle social e a compulsão ao trabalho da comunidade pelotense. Exigia-se a tomada de providências pelas autoridades através da repressão a todos os que fugissem à "ética do trabalho", coibindo a "vagabundagem", bem como na divulgação de prisões daqueles que haviam adotado comportamentos considerados "desviantes" da moral e do "bom costume". Entre outros, **O Correio Mercantil** assim postulava:

*"QUEIXAS DO POVO
Vagabundagem
O Sr. Luiz Espindola pediu-nos reclamarmos contra a desenfreada vagabundagem que vae pela Varzea, onde diariamente indivíduos desocupados promovem toda a sorte de disturbios e gatunices. Ainda a noite passada alguns daqueles vagabundos penetraram no tambo de propriedade daquele cavalheiro, sito a rua Santa Cruz esquina General Telles, roubando-lhe um par de arreios, soltando terneiros e comentendo outras tropelias. Do mesmo sr, foi ferida uma vaca, perversamente. Aquele ponto costuma ser a noite abrigo de desocupados que ali vão pernoitar, praticando tais excessos. Um policiamento melhor organizado terminaria com semelhantes abusos, para os quais chamamos a atenção das autoridades competentes." (C. Mercantil, 21 out 1909, p.2)*

Para os considerados “cidadãos de 1ª classe”, a vagabundagem constituía-se como a “mãe” de todos os vícios. Com ela, o tecido social estava corroendo-se e a propriedade privada era violada. Por outro lado, a citação acima revela-nos as contradições sociais inerentes ao sistema capitalista excludente do período. A rigor, os que foram considerados “desocupados” faziam parte daqueles que ficaram à mercê de uma chance no mercado de trabalho da cidade.

O controle social articulado pela sociedade de Pelotas por intermédio de seus periódicos atingia a todos indistintamente. Todavia, os mecanismos de repressão do indivíduo recaíram sobre os “ombros” dos pobres da cidade, dos negros, dos menores. Estes, ao que parece, não se adequaram à lógica do sistema, sua “ética ontológica” de que o homem havia sido feito para o trabalho:

“GATUNO CONTUMAZ

Ontem, as 11 horas da manhã, foi avisado ao guarda nº 8 que se achava de serviço a rua 16 de Julho e 3 de Fevereiro, que o menor Abílio Soares, de cor preta, e já conhecido da polícia, por seguidas gatunagens, andava com quantia regular em seu poder e procurava trocar uma nota de 10\$000. Quando o guarda pretendia prender o referido menor, estes disparou e sendo perseguido atirou fora, a rua 3 de Fevereiro esquina Andrade Neves, uma carteira contendo 311\$400. O menor gatuno não foi capturado. Ignora-se a quem pertence a carteira. A polícia deve remeter tão prometedor larapio para a escola de aprendizes marinhoiros, unico lugar onde poderá perder o feio vício.” (C. Mercantil, 11 dez 1909, p.2)

Como vimos, o furto praticado pelo menor evidenciou as contradições sociais e a resistência a uma sociedade voltada à compulsão de todos ao trabalho. No entanto, os redatores do **Correio Mercantil** propuseram o envio do implicado a uma escola militar, buscando aliviar as tensões sociais que o fato provocava. Por fim, a solução viria da adequação do “infrator” ao trabalho, “pai de todas as virtudes”.

O jornal **Diário Popular** ironicamente procurava confundir a opinião pública escamoteando uma realidade social que apontava para a marginalização dos pobres no acesso à vida digna, do que a opção voluntária pelo furto. A fome conduziu muitos aos desespero e à prática de pequenos delitos:

“Fome ou vício? - Abrilino Correa foi, ontem, preso no mercado público, por haver furtado peixes que estavam ali expostos a venda.” (Diário Popular, 6 fev 1906, p.1)

A propósito, MELLO (1994) - referindo-se ao furto no período escravista articulado pelos escravos, afirma que no fundo este ato questionava a “propriedade” e mais, aquele trabalhador apropriava-se de um direito seu sonogado pelo sistema - o direito à vida, à dignidade, representado por um pedaço de charque.⁴⁰

Simultaneamente, além da coerção social através da repressão policial a que nos referimos, a fim de que os pelotenses se adaptassem à “filosofia do trabalho”, - a imprensa utilizou-se de um jeito mais requintado buscando legitimar um discurso que privilegiasse seus interesses da classe social dominante, bem como a compulsão ordenada dos operários ao trabalho.

⁴⁰ MELLO, Marco Antônio Lírio de. Reviravoltas, Batuques e Carnavais: a cultura de resistência dos escravos em Pelotas. Pelotas: Ed. UFPel, 1994, p.139.

O 1º de maio, consagrado ao trabalhador, em muitos casos foi utilizado para este fim. O trabalho, na acepção dos periódicos, deveria ser louvado, dado o seu caráter “sagrado”. Para os proletários seria considerado castigo vivido como “purgatório” através da qual ressurgiria, libertando-se igualitariamente das suas “culpas”:

“HINO AO TRABALHO

1º de maio

A glória do labor, a festa do trabalho, proletários, saudai!

Dai um repouso leve a pena, esquadro, ao malho,

Artistas, descançai!

A voz da redenção igualitária e clara,

Longe, cantando vem... (...)” (Diário Popular, 1º de maio 1906, p.1)

PESAVENTO (1994), parodiando Lewis Carroll em **Alice no país das maravilhas**, desmistifica a ideologia que estabelece a condição de igualdade dos homens com relação ao trabalho:

“(...) e se o discurso liberal afirma que todos os homens são iguais, a dura realidade do mundo urbano demonstra que “uns são mais iguais que os outros” ... Os ventos do progresso embalam a crença nas virtudes redentoras do trabalho, mas a vida demonstra que há um abismo entre a labuta de um banqueiro e a de um operário na forja.”⁴¹

De certa forma, o discurso religioso do período procurou legitimar e sedimentar no seio social a idéia de que todos são iguais perante Deus. Entretanto, a lógica das relações de trabalho do cotidiano urbano apontava ao contrário. Uns são abençoados e vivendo da exploração da maioria; outros amaldiçoados pelos baixos salários e péssimas condições de trabalho do período, devendo como Cristo carregar sua cruz, apesar de “todos serem irmãos”:

“(...)

Um hino triunfal invade as oficinas

Escutai! escutai!

Deus deu quinhão igual a todos e a tudo

Na mesa universal!

Desde o luzente rei até ao camponio rude

No banquete frugal (...)”

(...)

Tendes buril ou malho, a pinça ou o compasso,

Eu, uma pena em mão:

Vamos fraternizar num rude e franco abraço,

pois eu sou vosso irmão!

Eu sou como vós sois um rígido operário,

curvado para o chão.

Carrego dia a dia a cruz do meu calvário,

para ganhar um pão! (...)” (Diário Popular, 1º maio 1906, p.1)

Se durante o período escravista os senhores tinham suas formas de controle sobre os cativos, coagindo-os na disciplina para o trabalho (VAINFAS, 1986)⁴², da mesma forma, o mercado de trabalho livre a partir da relação patrão-empregado procurava cristalizar uma ética a ser absorvida pelo assalariado. As obrigações decorrentes do trabalho deveriam estar acima de

⁴¹ PESAVENTO, *Os pobres...* op. cit., p.8.

⁴² Para Ciro Flamarion S. Cardoso e Brignoli, H.P. Sem a disciplina e o controle articulados pela vigilância o sistema escravista desmoronava e com ele “o mundo do trabalho” da época. Apud VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão: Os Letrados e a Sociedade Escravista no Brasil Colonial*. Petrópolis: Vozes, 1986, p.35.

tudo, até mesmo com relação às intempéries do clima. Algumas charges foram instrumentos de controle com destinatário certo, o trabalhador; todavia evidenciaram a resistência dos proletários:

“NOVAS E VELHAS

Patroa - porque não veio ontem ao serviço?

Criada - porque choveu

Patroa - Quem tem obrigação não olha a chuva. Até o presidente do Estado comparece em dias de chuva a Secretaria.

Criada - Ah! Mas isso é outra coisa. Esse precisa, e eu, graças a Deus, não preciso!... (...)” (C. Mercantil, 27 ago 1910, p.1)

A associação do trabalhador negro na execução de serviços pesados nos remete ao Brasil Colônia.⁴³ Entretanto, o continuísmo destas práticas absorveu-se em novo mercado de trabalho, não mais cativo, mas livre perdurando até os dias atuais.

Historicamente, desde sua introdução enquanto mão-de-obra, os trabalhadores negros oneravam-se na prática de serviços mais difíceis e/ou implicando no uso da força-física, em muitos casos, de forma exaustiva.⁴⁴

O Correio Mercantil, preocupando-se com a disciplinalização do trabalhador e neste caso, do negro, com o objetivo de efetivar o controle social não permitindo a desorganização do mercado de trabalho - expressou-se, como veremos, no começo do nosso século - ideologicamente difundindo no seio da classe trabalhadora o lugar social a ser ocupado no mundo do trabalho pelo contingente negro:

“Onde estará elle? - Há vinte dias, desapareceu da casa do Sr. João Crespo de Oliveira, a rua dos Voluntários, o pardo, Paulino Luz, de 30 anos de idade e que se entregava ao vício de embriaguez. Não estará lá pelos trabalhos de Picareta, enxada e pá?

Responda-nos o Sr. Sub-intendente do 1º distrito.” (C. Mercantil, 10 ago 1905, p.2)

Direitos primários foram solapados pela moral vigente, o ir e vir eram reprimidos constantemente no momento que as autoridades de Pelotas achassem necessário.

Na verdade, como vimos, a normatização do mercado de trabalho livre e sua conseqüente organização remontou, contudo, ao século XIX. Neste sentido, Décio Freitas (1991) - referindo-se aos trabalhadores oriundos do continente europeu, que teriam imigrado no intuito de constituir uma mão-de-obra livre para o trabalho nas lavouras de café em São Paulo, bem como do açúcar nordestino compulsoriamente se submeteram às regras de trabalho e salários desfavoráveis. Pior seria, se os mesmos não se enquadrassem nestas normas, tentando alguma forma de autonomia que consistia “clandestinamente ocuparem determinado pedaço de terra” pelo qual teriam seu sustento e sobrevivência. Porém, conforme o autor caso fossem expulsos da posse, quando não enfrentando violência e morte estariam em situação de “errantes”, vagando, podendo sofrer prisões, pois não estavam trabalhando.⁴⁵

Preocupados com seus interesses de classe dominante, a elite articulou juridicamente formas de repressão a todos os que não se adequassem à “ética do trabalho”, efetivando através do aparato policial toda sorte de prisões, que como vimos, recaiu principalmente sobre a comunidade negra pelotense.

⁴³ CASTRO, Therezinha de. História Documental do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1968, p.59.

⁴⁴ BERND e BAKOS, O negro... Op. cit., p.59.

⁴⁵ FREITAS, Décio. O escravismo brasileiro. 3ª ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991, p.134.

Na acepção de CHALHOUB (1986), são histórias recuperadas através dos jornais - evidenciando um confronto e luta de classes, por isso todo o instrumental visando o controle social, a construção de “estereótipos” contra as camadas populares e o papel preponderante da imprensa, buscando a sacralização da ordem, apesar das dicotomias sociais.⁴⁶

Encerramos nossas considerações com relação ao controle social e compulsão ao trabalho com um fato que contradizia a “tese” daqueles que indicavam o trabalho para a solução dos males sociais. Estar inserido no mercado de trabalho em Pelotas, bem como pertencer a uma “privilegiada classe de funcionários públicos” não eximiu e imunizou aqueles operários, proletários que exerciam profissões humildes e quase sempre desprovidos de uma especialização - da prática de delitos - conduzindo-os à inevitável entrada no mundo do crime, motivado, ao que parece, às condições salariais insuficientes inerentes à exploração do sistema capitalista. Sendo assim, noticiou-se a prisão de um negro por furto, o mesmo era empregado do município na função varredor das ruas. (C. Mercantil, 28 jun 1910, p.2)

A Resistência do Proletariado Negro:

A comunidade negra de Pelotas, apesar de toda a pressão sofrida desde o regime escravista até a emergência do trabalho livre, reagiu das mais variadas formas ao processo de dominação que a “elite” política e econômica impôs.

Ocorreram reações isoladas, bem como as coletivas frente ao sistema que exigia de todos a adaptação à sua lógica - a compulsão ao trabalho. De fato, veremos que os espoliados pelo capitalismo e suas relações de exploração não ficaram assistindo à consolidação da primazia do capital sobre o trabalho, ao contrário, travaram diversas lutas que ia desde a prática do furto de charque, fugas, “opção pelo vagar” até manifestações organizadas traduzidas em greves, que colocavam em “xeque” a pretensa “harmonia” patrão-empregado, desnudando as contradições sociais da cidade.

Em 1905 os estivadores faziam greves reivindicando a redução da jornada de trabalho para “oito horas e salários de 8\$000 por dia”. Reclamavam também a revogação da punição de colegas de trabalho em vista da greve. Ao que tudo indica estes trabalhadores paralisavam suas atividades nas principais cidades portuárias do país. (C. Mercantil, 19 jun 1905, p.2)

Além dos operários do porto, outras categorias de trabalhadores lutavam por melhores salários, bem como a redução da jornada de trabalho. Foi o caso dos cocheiros de Pelotas que reivindicavam a diminuição das horas-trabalho e o pagamento de horas-extras. Contudo, da forma como pleitearam a questão do expediente de trabalho os levaria à 16 horas diárias - “até mesmo o **Correio Mercantil** considerava justo o manifesto destes trabalhadores”:

*“OS COCHEIROS
Diminuição de serviço.
Os cocheiros em geral desta cidade
fundaram uma associação denominada protetora dos cocheiros - um por todos e todos por um
- com o fim de garantirem os seus interesses, pretendem eles trabalhar das 5 horas da manhã
as 9 da noite, exigindo fora desse horário, por todo o serviço que se fizer, um salário
independente ao determinado pelos seus patrões.*

⁴⁶ CHALHOUB, Op. Cit., p.23.

A nova associação está funcionando a rua Felix da Cunha, na casa da residência de Víctor Chaves.

É presidente Luiz Costa e interino Napoleão da Silva, tendo como 1º orador Joaquim Leandro Duarte Filho e 2º José da Silva. Uma comissão de cocheiros desta cidade a respeito de suas pretensões. Concordaram, por achá-las justas, os Srs Antonio Petiz e Antonio Nascimento de Matos.

Os cocheiros aguardam o pronunciamento dos demais proprietários que, julgamos, não discordarão, atendendo-se a que se trata de uma reclamação de todo o posto justa.” (C. Mercantil, 9 jul 1909, p.2)

Houve em Rio Grande, um fato de exceção, na fábrica Italo-Brasileira onde as mulheres operárias “tecelãs” ameaçaram greve devido à inserção de aprendizes na empresa (Diário Popular, 8 dez 1910, p.1). Na verdade, a introdução de aprendizes nas empresas ameaçavam as operárias, uma vez que, a remuneração das iniciantes era bem abaixo da média, transformando-se em mão-de-obra barata.

Na maioria das vezes, as manifestações de resistência dos proletários incidiram em greves que concomitantemente eram reprimidas pelos órgãos de imprensa, pela polícia e empresários. (C. Mercantil, 31 maio 1910, p.2; 3 jun 1910, p.2)

Com relação a Pelotas no final do século XIX, PESAVENTO (1994) descreve uma situação de disciplinalização dos operários, como também as conseqüências em punições sofridas pelos mesmos a partir do relato do jornal Democracia Social, 15 out 1893:

*(...)
Uma costureira da fábrica de calçados dos Srs. Júlio Silva & C. recebeu, como ordenado correspondente ao seu trabalho no mês de setembro, a quantia de 600 réis (...)
(...) segundo a lei da fábrica ela incorreu em diversas penas que são punidas com multas, o que lhe reduziu o ordenado a 600 réis. Na fábrica dos Srs. J. Silva & C. paga-se multa por vir tarde, paga-se multa por conversar, paga-se multa por cuspir no chão, paga-se multa por fumar (...)⁴⁷*

Perpassando as greves, outras formas de resistência foram articuladas - a “opção de alguns pelo não trabalho”.

Ao que tudo indica, alguns menores vagavam pela cidade antepondo-se “à obrigatoriedade do trabalho” que os meios de repressão impuseram:

*“Das ruas
aos postos*

*(...)
Piá Azevedo, sem piar, foi para o 1º Posto, por ser inimigo do inventor do trabalho.” (A Reforma, 17 jun 1907, p.2)*

O furto de alimentos foi constante nesta fase constituindo-se enquanto ato de resistir e sobreviver ao sistema. No fundo esta prática fazia com que houvesse por parte do implicado a apropriação de um direito à vida, até então sonogado:

“Furto - Foi preso e recolhido ao 1º Posto Venancio Fernandes Corrêa, por haver furtado uma arroba de xarque ao cidadão Julio Valente.” (Diário Popular, 27 fev 1906, p.1)

Na acepção de MELLO (1991) - “a fuga do trabalho foi a prática mais usual no período escravista”, o negro resistia e buscava sua libertação neste ímpeto radical dado “a opressão

⁴⁷ PESAVENTO, Os Pobres... Op. cit., p.53.

sofrida pelos escravos no regime servil”.⁴⁸ Da mesma forma, no mercado de trabalho livre a fuga de suas relações foi noticiada pelos jornais pelotenses:

“Menor que foge - Da casa de família do Sr. Viterbo Cruz, onde ocupava-se em serviços domésticos, fugiu na madrugada de ante-ontem a menor Manoela Rodrigues da Silva, de 13 anos de idade, de cor parda e orfão de pai e mãe.” (A Opinião Pública, 23 mar 1910, p.1)

A propósito, VECCHIA (1994), em entrevistas com descendentes de ex-escravos, transcreveu depoimentos onde os trabalhadores domésticos eram maltratados.⁴⁹ De fato, as relações de trabalho do período com sua extenuante carga horária, os maus tratos nas residências, levaram muitas crianças ao abandono dos postos de trabalho.

Conclusão:

Como vimos, a historiografia que discorreu sobre a transição do trabalho cativo ao livre nos forneceu elementos fundamentais para um entendimento da posição da classe ocupada pelos negros egressos da servidão.

Ao nosso ver, a ausência de Reforma Agrária aos negros rurais; bem como a inexistência de políticas públicas de financiamento de qualquer ordem à comunidade negra; o preconceito e o despreparo motivados pela falta de condições à educação profissionalizante e a competição com o imigrante foram preponderantes na inserção no mercado de trabalho capitalista e livre como classe subalterna, acenando para a continuidade do processo histórico de dominação sobre os negros.

Antagonicamente, a mão-de-obra europeia recebeu incentivos fiscais, acesso à terra. Mediatizados pelo aparelho estatal que *a priori* haviam sido sonogados àqueles que deveriam ter sido contemplados primeiramente com estes direitos.

O proletariado negro pelotense - mulheres, homens e crianças com seu trabalho precoce - enfrentaram grandes dificuldades ao buscarem inserção no mercado de trabalho livre da cidade, a começar pela segregação étnica imposta pelas ofertas de emprego somando-se com a competição da mão-de-obra estrangeira.

A imprensa de Pelotas, de modo geral, continuou dando apoio à mão-de-obra imigrante, identificando-os “as virtudes redentoras do trabalho” que contrastava com o trabalhador nativo e negro, associado a idéia “vagabundagem mãe de todos os vícios”.

Nas relações de trabalho da urbe, fábricas, casas comerciais, casas de famílias, ocorreram muitos acidentes noticiados corriqueiramente pelos principais jornais pesquisados e que vitimaram uma grande parcela de negros entre eles crianças com conseqüências de toda sorte, desde leves escoriações até mutilações e mortes.

Fica evidente que as principais causas dos acidentes eram motivadas pela carga horária extenuante, má alimentação devido aos baixos salários e ausência de dispositivos de segurança que evitassem tais tragédias.

Ao que parece, os pobres da cidade, sobretudo a população negra, não se adequavam docilmente ao modelo social de trabalho instituído e desejado pela elite branca local, levando-os à articulação dos inúmeros instrumentos de controle social e compulsão de todos ao trabalho.

Prisões da polícia municipal eram freqüentes e atingiram a todos indistintamente, independente de faixas etárias, em sua maior parte aos negros que devido à sua condição de marginalização social vivenciavam as mais variadas práticas de delito.

Os jornais informavam sobre as detenções e faziam charges procurando induzir os pobres à disciplina do trabalho.

⁴⁸ MELLO, Marco Antonio Lírio de. e LONER, Beatriz Ana. Os mecanismos de resistência à escravidão em Pelotas: 1840 - 1884. Relatório de pesquisa. FAPERGS. Pelotas:UFPel, mimeo, 1991, p.27.

⁴⁹ VECCHIA, Os Filhos... Op. cit., p.183.

Ao mesmo tempo, a imprensa utilizava um instrumento de controle mais sofisticado, procurando formatar consciências quando exaltava os frutos oriundos do trabalho, principalmente nas datas em que se comemorava o 1º de maio. De fato, o projeto político da elite brasileira, e particularmente da elite pelotense foi o do mercado de trabalho livre, que necessariamente pressupôs a organização e disciplinalização deste mercado, mediante o controle social e compulsão ao trabalho.

Contudo, a comunidade negra local não assistiu calada a tudo isso, houve resistência exteriorizada por manifestações coletivas - as greves - e manifestações individuais - o furto de charque, dinheiro, fugas do trabalho, etc. As “opções” pela “vadiagem”, pelo vagar nas ruas, bem como ocupações informais de biscate constituíram formas de afirmação da alteridade, conscientes ou não pelos negros de Pelotas.

Por fim, a partir das fontes que tivemos acesso podemos dizer que as ocupações exercidas em Pelotas pelos negros recém libertados, entre 1905-1910, apontaram para um cenário de marginalização e exploração no trabalho, apesar das exceções de alguns que conseguiram ascensão social e da resistência da população negra pelotense.

1

LOCALIZAÇÃO DAS FONTES

- Museu da Biblioteca Pública Pelotense.
- Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas/ICH.
- Biblioteca Setorial do Instituto de Ciências Humanas/UFPel.

2

FONTES PRIMÁRIAS

Jornais:

- Correio Mercantil, 1905-1910.
- A Reforma, 1906-1910.
- Diário Popular, 1905-1910.
- A Opinião Pública, 1907-1910.
- Álbum de Pelotas: Centenário da Independência do Brasil 7 de setembro de 1822-1922. s/pág.

Referências Bibliográficas:

- ARISTÓTELES. A Política. Rio de Janeiro: Ediouro, 1965.
- BAKOS, Margaret Marchiori. RS: Escravismo e Abolição. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. (Série Documenta).
- BERND, Zilá e BAKOS, Margaret M. O negro consciência e trabalho. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991.
- CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da “belle époque”. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CARDOSO, Fernando Henrique; Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CASTRO, Therezinha de. História Documental do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1968.

- FRANÇA, Júnia Lessa. et alli. Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas. 3ª ed., rev. aum., Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.
- FREITAS, Décio. Escravos e senhores de escravos. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. (Série Novas Perspectivas).
- _____. Escravidão brasileiro. 3ª ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.
- GEBARA, Ademir. O Mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888). São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. 5ª ed., São Paulo: Ática, 1988.
- LARA, Tiago Adão. Caminhos da Razão no Ocidente: A Filosofia Ocidental, do Renascimento aos nossos dias. 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1988.
- LE GOFF. História e Memória. Campinas, São Paulo: Ed. UNICAMP, 1990.
- MAESTRI, Mário. Breve história da escravidão. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- MELLO, Marco Antonio Lírio de. Reviras, Batuques e Carnavais: A Cultura da Resistência dos Escravos em Pelotas. Pelotas: Ed. UFPel, 1994.
- MELLO, Marco Antonio Lírio de & LONER, Beatriz Ana. Os mecanismos de resistência à escravidão negra em Pelotas: 1880-1884. Relatório de Pesquisa. FAPERGS. Pelotas: UFPel, mimeo, 1991.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História do Rio Grande do Sul. 4ª ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- _____. A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1989.
- _____. República Velha Gaúcha: "Estado autoritário e economia. In: Economia e Política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. (Série Documenta).
- _____. Os pobres da cidade: vida e trabalho (1880-1920). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.
- _____. O Imigrante na política Rio-Grandense. In: RS: Imigração e Colonização. 3ª ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.
- PLATÃO. A República. Livro VII, São Paulo: Ática, 1989.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Coletividades Negras: Ascensão Sócio-Econômica dos Negros no Brasil e em São Paulo. Ciência e Cultura, 29 (6), Centro de Estudos Rurais e Urbanos e Departamento de Ciências Sociais, FFLCH, USP, São Paulo, junho 1977.
- VECCHIA, Agostinho Mário Dalla. Os filhos da escravidão: memórias de descendentes de escravo da região meridional do Rio Grande do Sul. Pelotas: Ed. UFPel, 1994.
- VAINFAS, Ronaldo. Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial. Petrópolis: Vozes, 1986.
- WEIMER, Günter. O trabalho escravo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. UFRGS, Sagra, 1991.

